

O medo da docência e as estratégias de superação no Estágio Supervisionado em História

Luiza Dutra Rodrigues¹

dutraluiza99@gmail.com

Mariana Dall Orto²

mariana.dallorto.santos@gmail.com

Meryhelen Quiuqui³

merycalves@gmail.com

Resumo: O estágio supervisionado em História se apresenta como parte essencial do processo de formação docente, ao possibilitar aproximação das futuras professoras com a realidade vivida pelos profissionais das redes municipais, estaduais ou privadas, permitindo uma troca de experiências, vivências e aprendizados. Assim, neste texto, temos por objetivo compartilhar experiências enquanto estagiárias e levantar reflexões sobre o processo de formação docente inicial, levando em consideração o que é possível mediante o tempo de estágio. Vamos apresentar aspectos que identificamos da escola que frequentamos, a partir de dados coletados e de nossas observações participantes no estágio. Para tal feito, utilizamos Professora sim, tia não, de Paulo Freire (1997), e A Escola dos Annales, de Peter Burke (2010), buscando neles uma forma de compreender as inquietações presentes no fazer docente, a relevância da abordagem da história do cotidiano em sala de aula e do pensamento crítico sobre o fazer acadêmico da História para a sala de aula.

122

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Ensino de história. Formação docente.

The fear of teaching and the overcoming strategies in the Supervised Internship in History

Abstract: The supervised internship in History is essential to/for the educational formation process, because it enables the approach between the future teacher and the reality of the professionals in the Municipal and State education system with an Exchange of personal and

¹ Estudante de licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

² Estudante de licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Estudante de licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

professional experiences, besides the knowledge earned from that. This article pretends to share these experiences and to raise some reflexions about the educational formation process. It will present the main aspects that were identified in the school we attended, from collected data and from our observations in the internship. For this purpose, the books *Professora sim, tia não* (1997) and *A Escola dos Annales* (2010) were used, seeking to use these two theories to understand the concerns of the educational formation process, the relevance of the approach to the Cultural History in the classroom and of the constant reflection about the connection between the academic's production of history and the history teaching in Basic Education.

Keywords: Supervised internship. History teaching. Educational formation.

1 Introdução

O Estágio Supervisionado em História nos permite aproximar das complexas dimensões do funcionamento da escola, assim como das relações que ocorrem entre os docentes, os discentes e os demais funcionários da instituição. Por isso, se apresenta como parte essencial do processo de formação inicial docente, ao possibilitar que nós, futuras professoras com os docentes das redes municipais, estaduais ou particulares, permitindo uma troca de experiências fundamental para esse processo inicial. Diante disso, a importância da disciplina de Estágio Supervisionado encontra-se ao almejarmos uma formação que busque compreender o ambiente onde dedicaremos tempo e aprendizagem.

Sendo assim, este relato de experiência é uma das formas pelas quais podemos compartilhar nossas vivências e diferentes experiências que obtivemos neste ambiente escolar ao longo do período letivo. A partir disso, é possível problematizar algumas das questões observadas, de modo a contribuir para o processo de formação docente. Apresentaremos aspectos da escola que frequentamos nesse período e ressaltaremos não apenas a importância da História Cultural para se trabalhar em sala de aula, mas também a relevância de se fazer presente uma História Política e Econômica, além da necessidade de se repensar o fazer acadêmico da História. Para tal efeito, mergulhamos no livro *A Escola dos Annales 1929 – 1989* (2010), de Peter Burke e no livro *Professora sim, tia não* (1997), de Paulo Freire.

A valorização da História Cultural é a proposta defendida pela docente da Escola em questão neste relato de experiência, que prontamente nos mostrou o modo como se organiza para lecionar para todas as turmas do Ensino Médio daquele espaço. Com essa abordagem,

pode-se estabelecer uma conexão entre o que se estuda e a realidade da vida dos alunos, a partir de aproximações com o cotidiano.

Outra proposta didática muito presente em nossas experiências foi a utilização de imagens durante as aulas e, nesse relato, iremos fazer uma abordagem sobre a questão. Porém, assim como Lamarão (2019), não adicionamos imagens ao presente texto por entender que aqui nos interessa um debate teórico das experiências de estágio, de modo que possamos contribuir com futuros estagiários, de modo que usem da sua própria criatividade no momento em que exercem a docência. Diante disso, as reflexões que serão expostas procuram demonstrar como a experiência foi proveitosa para a nossa formação docente.

2 Caracterização dos espaços de estágio e apresentação do tema

A escola estadual que estagiamos localiza-se no município da Serra (ES), em um bairro na divisa com a capital, Vitória. Possui uma quadra de esportes coberta, biblioteca, auditório, mini auditório, refeitório, sala de arte, sala de química (essas duas últimas parecem ser de construção recente), 12 salas de aula das quais apenas sete funcionam no turno matutino, horário que fizemos o estágio, sendo todas as turmas do Ensino Médio (1M1, 1M2, 1M3, 2M1, 2M2, 3M1 e 3M2). No vespertino, a escola fornece o ensino fundamental e algumas turmas de ensino médio e, no noturno, apenas turmas de Educação para Jovens e Adultos (EJA). A estrutura em si está defasada, as salas são antigas e algumas são estreitas, com muitas carteiras, pintura velha e fiações expostas nos tetos de algumas salas, alguns quadros estão manchados de pincel e, apesar de todas as salas possuírem ventiladores, alguns se encontravam em péssimas condições de uso. Ainda que a escola não possua laboratório de informática e o quadro digital esteja inapto, os professores têm acesso a aparelhos de projeção.

A sala dos professores é ampla, tem ar-condicionado e computadores para o planejamento. A escola possui câmeras, e vale ressaltar que essas câmeras são para segurança dos estudantes, mas também como provas do que ocorre lá dentro. A instituição recebe visita de policiais, periodicamente. Como uma de nós é moradora do bairro, já presenciou brigas

intensas e conflitos que envolveram a interferência dos policiais. No entanto, não houve nenhuma situação semelhante durante o período de realização do estágio.

Há acesso na escola para estudantes cadeirantes, sendo facilitado o acesso às áreas de lazer, banheiro e às salas de aula. Além disso, há a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na instituição no contraturno, pois, no turno vespertino, a escola possui turmas da educação básica e alguns estudantes frequentam essa sala.

As turmas, no que diz respeito à quantidade de estudantes, não ultrapassam o número de 30 estudantes, o que se distingue diante da atual conjuntura de algumas escolas, chegando a ter 40 alunos em uma mesma sala de aula. Notamos, em relação às turmas, que o terceiro ano se destaca com mais estudantes, enquanto o segundo e o primeiro ano não apresentam muitos.

A instituição atende, aparentemente, estudantes que não são moradores do bairro onde se localiza a escola. Isso pode ser percebido pelo fato de que grande parte dos alunos chegam bastante atrasados por depender de transporte público para chegar até a escola. Por isso, mesmo que pareça ser uma escola de bairro, acaba sendo responsável por atender discentes moradores de áreas consideradas periféricas. Deste modo, as primeiras aulas de todos os dias tinham o costume de começar com meia hora de atraso, já que às 7h, geralmente havia, entre 5 e 10 alunos em sala de aula. Funcionam 7 turmas durante o turno da manhã que começa, teoricamente, às 7h, e termina, 11:50.

Diante dessa situação, vê-se uma inconsistência no que diz respeito, por exemplo, ao Inciso V, do Artigo 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), onde estabelece que esses adolescentes têm o direito ao “acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica”. Ao mesmo tempo, o fato da demora para a chegada desses estudantes à escola, dada a distância de suas residências, implica em infringir a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pois prejudica o cumprimento do Artigo 24, ao não assegurar que o discente do Ensino Médio tenha direito à carga horária mínima para acesso ao currículo básico na sua formação. O referido Artigo diz que:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (BRASIL, 1996).

Se é realmente essa distância que ocasiona os atrasos e faz com que a carga horária mínima exigida pela LDB não seja respeitada, percebe-se o quanto é necessária a proximidade da residência dos alunos do seu lugar de estudo, o que já é garantido em relação à educação infantil e ao ensino fundamental pelo Artigo 4º desse mesmo documento⁴. Resta a questão, portanto, do motivo pelo qual esse direito não é garantido também ao Ensino Médio?

Existiam também turmas noturnas de EJA, mas fomos informadas de que elas foram fechadas. Pesquisando sobre o fechamento de turmas da EJA no Espírito Santo, podemos encontrar diversas cartas pela educação capixaba e contra o fechamento de turmas e de escolas. Uma reportagem do portal G1 ES intitulada “Fórum teme fechamento do EJA no ES, mas Sedu nega fim das turmas”, publicada em junho de 2016, informa alguns dados fornecidos pelo Fórum EJA Espírito Santo:

o Fórum EJA Espírito Santo denunciou a possibilidade de que pelo menos 27 turmas presenciais de Educação para Jovens e Adultos (EJA) sejam fechadas pelo Governo do Estado no segundo semestre deste ano. Segundo o Fórum, desde o ano passado 47 turmas já foram extintas (ARPINI, 2016).

Apesar de a SEDU ter negado que turmas teriam sido fechadas, não é isso que escutamos na escola, que nos informou que não existem mais turmas da EJA noturnas funcionando, deixando de atender muitos jovens e adultos trabalhadores que poderiam continuar os estudos de onde haviam parado.

Toda essa estrutura e a organização do espaço escolar observadas são importantes e devem ser levadas em consideração ao analisar as atividades desenvolvidas em seu interior, que é o objetivo do nosso próximo tópico. São esses pontos que podem definir a aplicação de um projeto elaborado pelos professores, e o quão inseridos e participes desse ambiente escolar os alunos vão se sentir.

2.1 Observação da escola

A escola tem uma organização na qual as coordenadoras tentam estabelecer uma relação de confiança com os estudantes. E, pelo que pudemos analisar, existe um trabalho

⁴ Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

para que os demais profissionais se relacionem bem também, o que é essencial ao se desenvolver projetos com os estudantes.

Pudemos observar o desenvolvimento de alguns projetos neste curto espaço de tempo que passamos pela escola. Destacamos a semana de “Festival do Afeto”, devido ao Setembro Amarelo⁵. Esse festival foi a culminância do projeto Setembro Amarelo elaborado pelos docentes, que a partir de uma reunião do Conselho de Classe, perceberam que a ausência de diversos discentes estava relacionada a questões psicológicas, dentre elas a depressão. Diante disso, foram desenvolvidas, ao longo do mês de setembro, diversas atividades, desde palestras com profissionais até o acolhimento da gestão da escola com os estudantes, buscando destacar o afeto, a esperança e planos para um futuro melhor.

Em uma realidade escolar cada vez mais caracterizada pelo uso excessivo de remédios, tanto por professores, como por estudantes, sejam amparados por laudos ou não, o ambiente dessa escola que acompanhamos tem feito movimentos para se distinguir da realidade citada acima. Ao trabalhar questões de saúde mental como no “Festival do Afeto”, a escola compreendeu seu papel no processo de aprendizagem dos estudantes, proporcionando um diálogo sobre questões que perpassam o cotidiano escolar. Elas se apresentam como problemas de origem social, mas que relacionadas à saúde, são muitas vezes, por isso, direcionadas apenas para especialistas da área médica. Isso acaba contribuindo para o crescimento da medicalização escolar, muitas vezes importante para tratamentos que exigem atenção que a escola não pode oferecer, mas que não pode ser o único modo de lidar com essas questões que também são sociais. Segundo Bassani (2018),

mais do que nunca, precisamos insistir em práticas pedagógicas que busquem o diálogo, a paciência, a construção da conversação e o lugar de escuta nesse processo. E, quanto menos os alunos entrarem na relação professor/aluno por terem sido estigmatizados por rótulos e laudos, mais estarão sujeitos à violência e menos à aprendizagem (BASSANI, 2018, p.192).

Nesse sentido, a escola proporcionou palestras sobre saúde mental e passaram o filme “As vantagens de ser invisível”, que retrata a realidade de muitos adolescentes passando pelo processo de se tornar adulto e lidando com as inseguranças que surgem nesse período e com

⁵ Setembro é o mês mundial de prevenção do suicídio. No Brasil, desde 2015, foi criada a campanha Setembro Amarelo, uma iniciativa do Centro de Valorização da Vida (CVV), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). A ideia é promover eventos que abram espaço para debates sobre suicídio e divulgar o tema alertando a população sobre a importância de sua discussão.

os traumas que os acompanham. A partir disso, construiu-se um diálogo com os estudantes, estabelecendo uma relação com eles, trabalhando com práticas pedagógicas tradicionais, bem como, aquelas que exigem adaptação mediante as dinâmicas do nosso tempo.

Foi feito um mural com frases de incentivo e pensamentos positivos, nos quais se retira a mensagem que gostar, podendo ficar para si ou oferecer a algum colega. Esse mural foi sendo abastecido com palavras de afeto até mesmo depois de setembro.

Entre outros projetos, destacamos, ainda, o de História, que envolveu as matérias de Geografia e Língua Portuguesa, principalmente. O projeto visava à produção de charges pelos alunos do terceiro ano, a ambientação das salas levando em consideração a matéria trabalhada, além de analisar as músicas que foram censuradas pela ditadura e expô-las, músicas essas que foram selecionadas por nós. Não sabemos como foi a finalização desse projeto, pois não pudemos comparecer à sua culminância. Vale ressaltar que, para a realização desses projetos da disciplina de História, as aulas da regente foram inclinadas a auxiliar os estudantes, colaborando no desenrolar das atividades.

2.2 Observação das turmas

Ao longo do estágio, acompanhamos sete turmas na escola junto à professora: três do 1º ano, duas do 2º ano e duas do 3º ano do Ensino Médio (EM). Com isso, pudemos analisar a diferença de comportamento dos alunos ao longo do EM e identificar as divergências entre duas turmas de um mesmo nível.

Foi possível perceber como cada turma possui suas particularidades e, por isso, devem ser abordadas pelo docente de uma forma também particular. O primeiro fator que se destacou nessa observação foi a grande presença de alunos negros na maioria das turmas, o que já é algo importante a se considerar no desenvolvimento dos planos anuais, ao definir o que vai ser estudado ao longo do ano e a partir de qual abordagem. Essa necessidade foi algo comentado inclusive por Paulo Freire em sua obra *Professora sim, tia não* (1997):

os gostos de classe, os valores, a linguagem, a prosódia, a sintaxe, a ortografia, a semântica, quando a inexperimentada professora de classe média assume seu trabalho em áreas periféricas da cidade, tudo isto é quase sempre tão contraditório que a choca e assusta. É preciso, porém, que ela saiba que a sintaxe de seus alunos, sua prosódia, seus gostos, sua forma de dirigir-se a ela e a seus colegas, as regras

com que brincam ou brigam entre si, tudo isso faz parte de sua **identidade** cultural que jamais falta um corte de classe (FREIRE, 1997, p. 45).

Esses elementos que, na visão de Freire, devem ser identificados pelas professoras, prontamente, são importantes para que uma identidade da turma seja traçada. O autor ainda explicita o choque que acontece com professores que se deparam com alunos de classes sociais e econômicas diferentes das deles, o que faz com que eles acabem se identificando enquanto estrangeiros naquele espaço. Diante desses fatores, esse exercício de observação e “leitura” de cada turma, por meio de uma associação à leitura atenta de um texto, se faz ainda mais necessário para o desenvolvimento de um programa anual de ensino, como Freire (1997) deixa explícito.

Uma característica percebida foi a presença de um aluno menor infrator em uma das turmas acompanhadas. Além disso, algo que notamos foram os temas das discussões entre os alunos durante as aulas: marcadas sempre pela violência, incitando brigas, o uso de drogas lícitas e ilícitas e sobre gravidez e paternidade. Então, tendo em vista essa relação entre contexto social e a dinâmica da escola, concordamos com Freire (1997), quando afirma que existe um mito da evasão, quando, em suma, existem crianças e adolescentes que, marcados pela pobreza e violência, encontram-se proibidos de frequentar a escola.

Mesmo que se possa acreditar que essas discussões não deveriam pertencer ao universo desses jovens e adolescentes, o que nos intrigou foram as dúvidas em como essas discussões devem ser tratadas pelo professor caso as escute: deve ignorá-las e se limitar a passar a sua matéria? Deve repreender os alunos? A professora optou por auxiliá-los a lidar com as situações que estavam vivenciando, sem qualquer intenção de repreendê-los. Aqueles assuntos já fazem parte do cotidiano dos alunos e o que se pode fazer no papel de professores é contribuir para a reflexão sobre essas questões, pensando em processos humanistas. Outra abordagem foi relacionar esses assuntos à matéria ensinada. Com isso, foi possível fazer uma aproximação entre o conteúdo e a realidade dos alunos, algo que é defendido nas reflexões sobre a educação de diversos pesquisadores da área, dentre eles, Paulo Freire.

A partir disso, entende-se que, para que a educação cumpra o seu papel e tenha como objetivo a libertação dos alunos das amarras da opressão e a construção de uma consciência crítica, é necessário que o conteúdo ensinado seja relacionado em todos os aspectos à

realidade daqueles discentes. Essa importância é reforçada por Sandra Schram e Marco Antonio Carvalho ao escreverem sobre a visão de Paulo Freire a respeito da educação:

[...] quanto mais o homem for capaz de refletir sua realidade, maiores condições terá de agir sobre ela, comprometendo-se assim em mudá-la, pelo fato de sentir-se inserido partícipe, produtivo nela. Assim, o trabalho educativo será expressão da consciência crítica, quando os homens que o fazem, manifestam a capacidade de diálogo orientada para a práxis (SCHRAM; CARVALHO, 2007, p. 5).

A professora regente tem a sua forma de seguir, propondo aos estudantes, aulas sobre o cotidiano das sociedades estudadas. Eram nessas aulas que os alunos se mostravam mais interessados no que estava sendo dito. Isso ficou evidente no comportamento dos alunos do 1º ano na série de aulas sobre o cotidiano no medievo: assuntos como saúde, família, vestuário, moradia, alimentação, foram tratados nessas aulas, possibilitando uma conexão e um exercício de comparação entre o passado estudado e o presente.

Ao assistir e participar dessas aulas, percebemos a diferença no engajamento dos alunos em comparação com as aulas do conteúdo tradicional, o que apenas reforça aquilo que foi teorizado por Paulo Freire (1978), de modo que o conteúdo ensinado precisa estar relacionado à realidade dos discentes para que o processo pedagógico seja completado com êxito, de modo que os educandos ocupem um papel cada vez mais ativo e consciente na educação.

Outro momento em que era possível observar uma maior participação e interesse dos alunos eram as aulas de matérias polêmicas ou de momentos considerados marcantes na história por tamanha violência e crueldade. Alguns desses temas são as guerras mundiais, o nazismo e as Ditaduras (de Vargas e a Militar) que ocorreram no Brasil. Uma possível explicação para o grande interesse dos alunos por esses assuntos talvez possa ser encontrada nas teorias sobre a História do Tempo Presente (LAPUENTE; GANSTER; ORBEN, 2017). Esse fragmento da história trata sobre os momentos da história que são considerados “passados que não passam”, geralmente acontecimentos recentes, ou não, que foram bastante marcantes e traumáticos. Por isso abordar esses temas pode trazer uma série de dificuldades e complicações em sala de aula, como explicitam muito bem Alessandra Gasparotto e Enrique Padrós:

curiosamente, é difícil um professor ser acusado de engajamento político ou ideológico quando analisa, de forma crítica, pontos temáticos relacionados aos séculos anteriores. O mesmo não ocorre ao lidar com a História Recente: o senso comum, estimulado por interesses muitas vezes escusos, associa a opção por trabalhar com conteúdos inseridos nesse recorte temporal como sinônimo de subjetividade, militância política e manipulação da opinião dos alunos (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p. 186).

Dessa forma, por serem temas complexos para lidar, podem gerar discussões em sala e tocar em pontos delicados e pessoais dos alunos, além de estar sempre em pauta em redes sociais e discussões externas ao ambiente da escola. Acabam chamando a atenção, fazendo com que os discentes estejam mais concentrados e participativos nessas aulas. A dificuldade que reconhecemos em preparar e aplicar aulas desses conteúdos foi algo que levamos em consideração no momento de escolher o tema da regência das aulas, já que entendemos o estágio supervisionado como a experiência que nos prepara para lidar com as diversas situações que envolvem a docência. Assim, estaremos mais seguras e preparadas quando estivermos de fato exercendo a profissão.

3 Regência de aula

3.1 O ensino de temáticas traumáticas e o medo da docência

131

Ministrar aula inicialmente pode não agradar tanto, por diversos motivos que sejam enxergados como empecilhos, por exemplo, a timidez ou a crença de que não se conseguiria estar à frente de uma turma, o que gera o medo. Medo de, talvez, nesse momento, já nos encaminhando para o final do curso, perceber que talvez não sirva para essa profissão. Porém, como Paulo Freire afirma na “Quinta Carta: Primeiro dia de aula” do seu livro *Professora sim, tia não* (1997), o medo em situações como essa é algo normal. O autor não apenas naturaliza esse sentimento que atinge tantos docentes em suas primeiras experiências, mas também apresenta suas próprias reflexões acerca do que fazer em relação ao medo para superá-lo:

assumir o medo é não o esconder, somente assim podemos vencê-lo. Em uma situação como esta, creio que, em lugar da expressão de uma falsa segurança, em lugar de um discurso que, de tão dissimulado, desvela nossa fraqueza, o melhor é enfrentar nosso sentimento. O melhor é dizer aos educandos, numa demonstração de que somos humanos, limitados, o que experimentamos na hora. É falar a eles sobre o

próprio direito do medo, que não pode ser negado à figura da educadora ou do educador (FREIRE, 1997, p. 45).

O que Freire nos mostra em seu estudo é que mesmo ocupando o espaço de docentes, ainda existe ali um ser humano que tem sentimentos, dentre eles o medo. Uma forma possível de dominá-lo seria assumi-lo, não apenas para si mesmo, mas também para os discentes, para, inclusive, atenuar a hierarquia que tradicionalmente se estabelece entre professores e alunos, o que pode tornar o processo de aprendizagem engessado e desinteressante para todos os envolvidos.

A professora de História, juntamente com a professora de Língua Portuguesa, estava desenvolvendo um projeto sobre a “Censura no período da Ditadura”, e teria que dar uma aula sobre a repressão e a resistência nesse período, abordando tanto as expressões artísticas quanto jornalísticas. Dessa forma, essa foi escolhida como a temática da aula, escolha bastante desafiadora, por sua complexidade e pelo momento tão conturbado que estamos vivendo⁶.

Para preparar essa aula foi necessária a leitura de livros didáticos, inclusive e principalmente aquele que os alunos tinham acesso, para depois preparar slides⁷ que auxiliaram ao longo da aula e possibilitaram que imagens da época fossem mostradas aos alunos, além de charges e tirinhas produzidas no período. Apenas foi possível reduzir o nervosismo quando estava na sala falando para os alunos, com a ajuda da professora e em parceria com a colega e também estagiária.

A participação dos alunos na primeira aula não foi tão significativa, mas um momento específico nos chamou a atenção: excetuando alguns poucos alunos, a maioria não parecia tão interessada em saber as questões burocráticas dos aparelhos de repressão. Percebendo isso, resolvemos chamá-los para a aula perguntando se eles sabiam como funcionava uma sessão de tortura, já que o assunto em questão era a prisão e punição daqueles que eram considerados subversivos; não se obteve muitas respostas e, por isso, foram citadas algumas formas de

⁶ Essa problemática da abordagem do tema da Ditadura Militar no período atual pode ser facilmente explicitada ao observar um vídeo feito pelo presidente eleito sobre a ausência de questões sobre esse tema na prova do Enem de 2019, alegando que não houve um período ditatorial no Brasil e que, por isso, entre 1964 e 1985 existia liberdade de expressão e respeito pelo direito de ir e vir.

⁷ Ocorreu um problema nos slides decorrente ao tamanho pequeno das letras usadas nos tópicos, o que se torna complexo para pessoas que tenham baixa visão. Muitas vezes não nos damos conta de perceber essas questões ao preparar os materiais, e somente com a experiência, as contribuições da supervisão de estágio e, essencialmente, a autoanálise, é possível aprimorar o ato de ser tornar docente.

tortura. Depois disso, o choque dos alunos foi imediato e praticamente todos passaram a prestar mais atenção naquilo que estava sendo dito.

Na segunda aula sobre o mesmo tema, em uma turma diferente, os alunos já pareciam mais interessados e talvez por isso tenham sido muito mais participativos, fazendo perguntas e respondendo às indagações que eram feitas. Outra hipótese é que a primeira experiência enquanto docente possa ter modificado de alguma forma a maneira até o momento desenvolvida de lecionar, pois, como afirma Freire (1987), o conhecimento é um processo de busca e criação, sendo construído na medida em que se fala dele. Nesse caso, faz-se referência não ao conhecimento de conteúdos específicos, mas do fazer docente.

Porém, um problema em ambas as aulas foi o tempo: a aula planejada poderia ser dada em 50 minutos de aula em um mundo ideal. Porém, os possíveis imprevistos durante a realização da aula devem ser levados em consideração no momento de seu planejamento.

3.2 Fontes imagéticas como ferramenta de ensino

Assim como foi citado, nesta etapa do Estágio Supervisionado ocorreu a oportunidade de dar a mesma aula para os dois segundos anos, nesse segundo caso para o 2M1 e o 2M2, o que acabou funcionando como um treino. Tanto que ambas percebemos que estávamos mais calmas e cientes dos erros cometidos na primeira aula.

A pressão foi presente ao longo da experiência: dar uma aula para uma turma que não é sua, que está acostumada com um tipo de abordagem e que não conhece muito bem, somando a isso o fato de não poder prejudicar o decorrer da disciplina da professora. Entretanto, correu tudo bem, tendo em vista, claro, que há ainda muitos passos a serem dados.

Como forma de amenizar o nervosismo, buscamos nos basear no que Freire (1997) relata em uma de suas cartas, sobre as peculiaridades que existem em um primeiro dia de aula, como os medos e inseguranças:

falando de seu medo, de sua insegurança, o educador vai fazendo, de um lado, uma espécie de catarse indispensável ao controle do medo, de outro, vai ganhando a confiança dos educandos. Em lugar de procurar esconder o medo com disfarces autoritários facilmente reconhecíveis pelos educandos, o professor o manifestou com humildade (FREIRE, 1997, p. 45).

Falamos como nos sentimos e a resposta dos estudantes foi positiva.

A regência da mesma aula em turmas distintas exemplifica como podemos planejar uma aula e ela decorrer de forma diferente. Na primeira aula, os alunos pareceram bastante quietos, o que gerou a seguinte pergunta: até que ponto uma sala que não “atrapalha” está de fato prestando atenção? Isso se refletiu nas atividades elaboradas posteriormente sobre o assunto. A falta de engajamento dos alunos gerou o sentimento de frustração.

Então, após corrigir a atividade em sala, elaboramos a prova de recuperação paralela, que é obrigatória nas escolas estaduais capixabas, após a realização de atividades avaliativas. A prova de recuperação teve um resultado muito melhor do que a primeira, o que nos permitiu compreender erros e acertos nossos ao desenvolver as atividades.

A segunda turma, ao contrário da primeira, interagiu aos *memes* e ao conteúdo em si. Conseguimos mostrar para eles qual era o objetivo naquele dia, e acreditamos que a maioria prestou atenção, pois questões que não surgiram na outra turma apareceram nesta, e as notas dessa turma foram melhores na atividade elaborada.

Nesse contexto, percebemos como é importante ter oportunidade no Estágio Supervisionado de ministrar aulas, pois a partir dessa experiência, conseguimos observar o que alterar e como lidar com situações desse tipo, e, por exemplo, entendermos que poderia ter sido interessante chamá-los a explicar os *memes* apresentados, mas sem nos desestimular diante de expectativas não alcançadas.

Além do mais, a ideia do Estágio enquanto caráter de formação ainda não terminada, em contribuir para quando formos a professora regente, no sentido de aproveitar a perspectiva de que estaremos em constante formação, nos leva a analisar constantemente os métodos trabalhados.

O ensino de História pode ser abstrato algumas vezes para os estudantes; acreditamos que esse exercício de trazer imagens como os *memes* ajuda no desenvolvimento do conteúdo com os estudantes. Como foi a primeira aula nessa configuração, há muito o que aprimorar. Diante das novidades tecnológicas e da presença cada vez mais forte delas no nosso cotidiano, é preciso que nós, professoras, usemos esses recursos a nosso favor (LAMARÃO, 2019).

O recurso de *memes* em sala de aula foi uma atividade proposta pelo professor orientador. Consideramos relevante destacar nesse âmbito as discussões que fizemos juntas sobre esse recurso: concordando com os benefícios de se trabalhar recursos imagéticos e

humorísticos, como são os *memes* apresentados enquanto recurso pedagógico por Lamarão (2019), nos indagamos até que ponto deveríamos ir ao se tratar de algo mais sensível ou algo mais doloroso, como a Ditadura ou o Holocausto. Deixamos a certeza de ser possível trabalhar fontes imagéticas no ensino de História, e engraçadas em alguns momentos, mas cabendo a nós, professoras, fazer essa crítica com nossos educandos, que é a proposta de se usar esses recursos.

Trabalhar fontes imagéticas se apresenta como uma ferramenta essencial para a/o docente de História, visto que a disciplina se torna muitas vezes não palpável aos estudantes, distante de certa forma e, por isso, as fontes imagéticas podem proporcionar essa aproximação ao serem utilizadas, além de tornar mais atrativa a própria aula. Nesse aspecto, priorizar o protagonismo dos estudantes é uma boa estratégia, colocando-os como agentes na hora da aula, o que faz com que eles acabem aprendendo mais e de fato prestando atenção.

Com essas experiências e reflexões vividas, conseguimos perceber o quanto o Estágio Supervisionado se faz importante nesse processo de entender e testar as possibilidades de recursos a serem utilizados em sala de aula, fazendo reflexões a partir das experiências adquiridas por meio de sua aplicação e agregando conhecimentos necessários na elaboração do fazer docente de todos os envolvidos, tanto as estagiárias quanto os professores.

4 O cotidiano e o ensino de história na educação escolar

135

Em muitos momentos durante as aulas que acompanhamos, percebemos diferenças entre o que era passado aos alunos e o conteúdo do livro didático em relação ao que estávamos absorvendo de conhecimento específico na Universidade. Essa diferença explicita o quão distinto é o processo do saber produzido na Academia em relação ao que se realiza para a elaboração do saber que estará presente nos livros ofertados para a Educação Básica.

As perguntas que fizemos diante dessa problemática foram: como contribuir para esse movimento entre a produção acadêmica e o Ensino de História nas escolas, sem confundir alunos ao longo das aulas? O que pode ser inserido nas aulas sem gerar problemas no processo de aprendizagem?

Sobre a questão apresentada, existe um artigo que trata sobre a utilização de fontes históricas em sala de aula, dos autores Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, trazendo

uma reflexão acerca da relação que existe ou deveria existir entre o mundo acadêmico e o da Educação Básica. Em relação à situação atual da educação, os autores afirmam:

a escola e a sala de aula de História em particular vivem num tempo em que as circunstâncias sociais que limitam a produção do conhecimento são muito mais percebidas, desde os problemas do escasso tempo de estudo que possui a maioria dos professores, devido principalmente às grandes jornadas de trabalho, até a necessidade quase impositiva do uso do livro didático (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 121).

Com isso, os autores argumentam que a realidade da educação básica no Brasil hoje dificulta a realização de inovações, tanto de conteúdos quanto de tendências teóricas do ensino de história, o que não deve impedir que os docentes busquem essas atualizações em seu saber histórico e fazer na docência. Os autores citados apresentam também a sua própria proposta de objetivo para o ensino de história:

nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socio-culturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. O presente, que é o espaço/tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de História consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 119).

Mesmo trazendo essa concepção de Ensino de História, ainda há uma diferença muito grande do que é proposto pelo ensino superior, que visa à formação de um agente de pesquisa. Isso se dá pelo fato, de acordo com esses autores, de cada uma delas ter naturezas completamente diversas, como afirma o seguinte trecho:

a distância entre a sala de aula da escola básica, a pesquisa histórica e a sala de aula dos cursos de graduação em História se deve a uma distinção de natureza. Ou seja, cada um destes espaços possui temporalidades distintas e finalidades específicas (PEREIRA, SEFFNER, 2008, p. 121).

Apesar de ter finalidades distintas, os autores definem a socialização do conhecimento histórico como objetivo desse agente de pesquisa formado pelo Curso de História que está inserido no meio acadêmico. Porém, o que se percebe é que o modelo de ensino que se tem nos dias atuais, faz com que o conhecimento científico produzido se enclausure dentro do ambiente acadêmico e não sirva ao seu propósito.

Assim, a proposta de trabalho prático e filosófico que acompanhamos da professora, onde a História Cultural é frequente, identificamos como importante, pois faz parte da terceira fase da escola dos *Annales*, correspondendo ao período do final da década de 1960. Essa terceira fase se distingue das demais ao buscar trabalhar a História Cultural principalmente, que era até então na historiografia deixada de lado em contraposição com a valorização da política e da economia ao escrever a História no século XIX, por exemplo. Vale ressaltar que essa escola é marcada pela fragmentação, enquanto uns migraram da história socioeconômica ou para a sociocultural, outros estão redescobrimo a história política.

Dentre as ideias apresentadas por Burke (2010), as que seguem são as essenciais ao objetivo que temos com essa problematização: a substituição da história narrativa tradicional por uma história-problema; todas as atividades humanas e não só uma história política; e a colaboração com outras disciplinas (BURKE, 2010).

Observamos a presença de características da Escola dos *Annales* no espaço em que ocorreu o estágio, como a interdisciplinaridade, que pode ser percebida na interação entre a História e as demais matérias, como Sociologia, Língua Portuguesa e Biologia.

Foi apresentada aos estudantes uma História que não se preocupa apenas com datas, acontecimentos, política e guerras, a história tradicional. Entretanto, busca como estratégia de aula, por ser uma temática que mais agrada aos alunos, fazer uma ponte, partindo da história dos costumes e da moral ou do cotidiano, para se chegar aos aspectos tradicionais abordados no livro didático. No Brasil, autores como Gilberto Freyre (BURKE, 2010) anteciparam a Nova História ao tratar de tópicos como família, sexualidade e infância antes das décadas de 1970 e 1980.

Apesar dos debates e críticas que recebem esse tipo de abordagem, ao longo dos anos, ela resistiu. É essencial notar a importância da historiografia para o ensino de História nas escolas públicas. Já não se faz mais interessante partir de uma história centrada em datas e acontecimentos, mas tratar de assuntos que despertam mais a curiosidade dos estudantes e que priorizem as ideias e o cotidiano como uma forma de buscar trazer para o aluno os principais aspectos do período tratado. Acreditamos que apresentar essas características da moral e dos costumes auxiliam na compreensão, evitando os anacronismos.

Atualmente, em nossa realidade, se faz extremamente importante demonstrar para os alunos os números da história, apresentando como eles demonstram níveis de alfabetização,

de mortes, de violências, por exemplo, um fator caro às abordagens simplistas encontradas algumas vezes, pois aqueles dados estão relacionados com aspectos políticos, econômicos e sociais. Se faz necessário destacar a relevância em se relacionar a História Cultural com a política e a economia, pois, como apontamos, elas não são excludentes. Juntas formam uma importante fonte de aprendizagem. Nesse sentido, o teor tradicional do material didático acaba por complementar a abordagem cultural da professora regente.

A Nova História apresentada pelos *Annales* não é só uma revolução para a historiografia, mas também uma importante ferramenta para o ensino de história nas escolas da educação básica e do ensino médio, tornando a história atrativa aos estudantes, mas sem tirar seu teor crítico e analítico, incentivando que desenvolvam essa capacidade crítica de uma história-problema, mas que é apresentada a eles a partir de uma abordagem mais leve e de fácil entendimento. Dessa forma, por meio da experiência do estágio supervisionado tivemos a oportunidade de ter contato com essa abordagem da história dentro do espaço da sala de aula, o que tem muita importância em nossa formação enquanto docentes.

5 O papel do estagiário na visão do professor regente

A formação preambular dos futuros professores deve ser organizada de maneira que eles consigam conquistar as habilidades essenciais à boa prática profissional. Assim, o professor regente tem como função primordial, ajudá-los a conquistar autonomia e desenvolvimento profissional. Com isso, o estágio supervisionado tem como objetivo principal integrar os conhecimentos teóricos e práticos, tornando esse momento essencial para o futuro docente conhecer seu ambiente profissional e adquirir conhecimento sobre o ensino em sala de aula.

O estágio curricular pode se constituir no locus de reflexão e formação da identidade ao proporcionar embates no decorrer das ações vivenciadas pelos alunos, desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e crítica, desde que efetivado com essa finalidade. O processo curricular não pode ser unilateral, ele demanda proposições reflexivas do curso formador, dos docentes e dos alunos (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 20).

Do ponto de vista do professor regente, cabe discutir três pontos: a instituição de ensino que recebeu as estagiárias, o perfil profissional e a importância delas no desenvolvimento das aulas. Os pontos citados podem explicitar o sucesso do estágio.

Sobre o local do estágio, cabe ressaltar que a escola opta por receber alunos-estagiários que possam ajudar nos planejamentos dos professores regentes, nos projetos e nas aulas, não somente observar. Dar-se preferência àqueles que podem contribuir, trazer as novas discussões em voga na academia e, conseqüentemente, dar novo fôlego à escola. A escola selecionada pelas estagiárias foi receptiva, pois tem experiência em receber estudantes para desenvolver o estágio obrigatório e/ou remunerado, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), tornando a participação dos futuros professores em algo comum e bem-vindo.

Outro ponto relevante para o estágio supervisionado ser bem sucedido é o perfil profissional dos envolvidos. Ao estar disposto a conhecer todo o processo de ensino-aprendizagem, o estagiário torna o momento escolar mais prazeroso e consegue alcançar o objetivo dessa etapa na sua formação acadêmica e profissional. As futuras professoras em questão estavam interessadas no ambiente escolar, dispostas a aprender e participar. A escola entende que o estágio de docência deve servir como espaço de trocas de experiências e deve propiciar contato com a realidade que ele vivenciará como profissional.

No primeiro contato com as estagiárias, foi traçado um cronograma de participação, colocando o estudante como prioridade para não atrapalhar a vida escolar. Assim, ficou definido que era obrigatório uma aula como regente, uma atividade avaliativa e outra de recuperação paralela. Ao mesmo tempo, as futuras professoras se mostraram propensas a participar dos projetos em desenvolvimento no espaço escolar e a interagir com os outros docentes, sempre em busca de novos saberes. Assim, as atividades propostas e desenvolvidas pelas estagiárias, a partir das discussões com os professores da instituição de ensino, geraram interesse e envolvimento dos alunos, pois foram pensadas a partir da observação e detecção das características estudantis do público-alvo.

Ao transferir tarefas para os estagiários, oportuniza-os à vivência de responsabilidades, de assumir etapas do processo de ensino-aprendizagem. A inclusão dos futuros professores no desenvolvimento de todas as etapas da atividade didática, desde o planejamento diário das

aulas até a finalização do processo avaliativo, propicia aos estagiários experiência real pertinentes à docência.

6 Considerações finais

Diante do que foi exposto e discutido, a experiência prática deste estágio foi muito positiva e diferente, por ter dado uma aula que fez parte de um projeto maior, o que significa que a aula não teve o único objetivo de servir de conteúdo para uma avaliação tradicional. Ela também foi importante para que os alunos entendessem, além do próprio contexto histórico, a conexão existente entre esse contexto, a arte e como ela pode servir para expressar qualquer coisa, inclusive o momento político enfrentado pela sociedade.

Além disso, os momentos de regência desse estágio nos fizeram, finalmente, acreditar que temos a capacidade de ocupar o lugar de professora, construindo a nossa forma de exercer a docência, respeitando nossos limites e nossas características. Dar aula é se desafiar a todo momento e se renovar, construir a sua forma de docência a cada dia e construir uma relação com os discentes. Dar aula é, na verdade, troca. E, finalmente, conseguimos nos enxergar nesse papel, trocando experiência e conhecimento com os estudantes.

Acreditamos que ser professor(a) é isso: elaborar uma aula e ela ser diferente, pois os alunos são indivíduos diferentes e cada um tem sua particularidade; elaborar uma atividade interessante, mas ela não ter o resultado esperado; elaborar outra atividade de outra forma, percebendo os erros dos discentes e buscando ajudá-los; em suma, é considerar as experiências e o que se pode aprender sobre a sua aula a partir dos seus estudantes.

Nesse sentido, retomamos a principal característica da professora que acompanhamos esse período: o gosto pela história do cotidiano. Essa temática aproxima muito mais dos estudantes a disciplina a ser trabalhada, sem sobrecarregá-los com informações sobre organização política e econômica. Isso colabora para o processo de aprendizagem.

Diante da problematização realizada e das referências utilizadas, além de levar em consideração as discussões feitas em sala e a experiência de observação produzida durante o período, conclui-se que é necessário repensar o fazer acadêmico da história para que ele consiga cumprir com o seu objetivo de ser socializado, além de ser necessário, também,

repensar os objetivos adotados para o ensino de história, de forma a possibilitar essa inserção de novos conteúdos e novas abordagens, resultados de pesquisas científicas recentes que têm muito a contribuir para a história que é ensinada na Educação Básica.

Referências

ARPINI, N. **Fórum teme fechamento do EJA no ES, mas Sedu nega fim de turmas**. 28 de jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/06/forum-teme-fechamento-do-eja-no-es-mas-sedu-nega-fim-de-turmas.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BASSANI, E. A colonização médica e a medicalização da Educação Especial: reflexões sobre laudos na escola. In: VICTOR, Sônia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Educação Especial Inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

BARREIRO, I. Marques de Freitas; GEBRAN, Raimundo Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: AVERCAMP Editora, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1997.

GASPAROTTO, A.; PADRÓS, E. A ditadura civil-militar em sala de aula: Desafios e compromissos com o resgate da História Recente e da memória. In.: BARROSO, *et al.* (Org.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010.

LAMARÃO, L. O uso de memes nas aulas de História. **Periferia: Educação, cultura e comunicação (UERJ)**, v. 11, n. 1, p. 179-192, jan./abr. 2019.

LAPUENTE, R.; GANSTER, R.; ORBEN, T. (Org.). **Diálogos do tempo presente: historiografia e história**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PEREIRA, N.; SEFFNER, F. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes em sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.

SCHRAM, S.; CARVALHO, M. O pensar educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças. Paraná: **Portal Educacional do Estado do Paraná**, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>

SETEMBRO AMARELO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/44991>

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT

RODRIGUES, Luiza Dutra; ORTO, Mariana Dall; QUIUQUI, Meryhelen. O medo da docência e as estratégias de superação no Estágio Supervisionado em História. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 26, n. 2, p. 122-142, jul./dez. 2020.